

## O autoritarismo em *Incidente em Antares*: reflexões históricas e historiográficas sobre a relação entre literatura e ditadura civil-militar no Brasil

*Authoritarianism in Incidente em Antares: historical and historiographical reflections on the relationship between literature and the Civil-Military Dictatorship in Brazil*

**Jonathan Cesar Rodrigues<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar o romance *Incidente em Antares*, de Erico Verissimo, como uma crítica contundente ao autoritarismo brasileiro, especialmente no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985). Partindo de uma abordagem histórica e literária, o estudo contextualiza a obra no cenário político repressivo da década de 1970 e reflete sobre o curioso processo de sua publicação sem censura, nesse período. Para isso, o artigo articula os conceitos de autoritarismo presentes em Sérgio Buarque de Holanda (2014) e Lilia Schwarcz (2019), explorando elementos como patriarcalismo, coronelismo e violência estrutural. A análise também examina personagens simbólicos como Quitéria Campolargo e Erotildes, representando, respectivamente, a elite opressora e as camadas marginalizadas. Por fim, o texto propõe uma hipótese alternativa para a ausência de censura à obra: a possibilidade de que o desfecho do romance — em que a ordem social é restabelecida e as denúncias dos mortos são apagadas — tenha sido lido, pelas autoridades militares, como uma validação de sua própria vitória sobre a subversão. Este artigo conclui que o *Incidente em Antares* permanece uma fonte literária valiosa para compreender as formas históricas de autoritarismo no Brasil.

**Palavras-chave:** Autoritarismo brasileiro. Ditadura Civil-Militar. Literatura e História. Erico Verissimo. *Incidente em Antares*.

**Abstract:** This article analyzes Erico Verissimo's novel *Incidente em Antares* as a strong critique of Brazilian authoritarianism, particularly within the context of the Civil-Military Dictatorship (1964–1985). Using a historical-literary approach, the study contextualizes the novel's publication during the politically repressive Médici government and explores the surprising fact that the book was released without censorship. Drawing on theoretical frameworks from Sérgio Buarque de Holanda and Lilia Schwarcz, the article examines the structural roots of Brazilian authoritarianism, focusing on patriarchy, coronelismo, and systemic violence. It highlights key characters such as Quitéria Campolargo and Erotildes, representing the oppressive elite and marginalized social groups, respectively. Finally, the article presents an alternative hypothesis for the book's uncensored release: the possibility that the novel's ending—where social order is restored and the dead's denunciations are silenced—was perceived by the military authorities as a symbolic validation of their own triumph over subversion. The article argues that *Incidente em Antares* remains a valuable literary source for understanding historical forms of authoritarianism in Brazil.

**Keywords:** Brazilian authoritarianism. Civil-Military Dictatorship. Literature and History. Erico Verissimo. *Incidente em Antares*.

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense (UFF).

## Introdução

Erico Verissimo foi um escritor brasileiro, nascido na cidade de Cruz Alta-RS em 1905, falecido em 1975, vítima de um enfarte na cidade de Porto Alegre-RS. É um dos poucos casos de escritores brasileiros que colheram sucesso literário ainda em vida, tendo sido laureado pelo Prêmio Jabuti de 1965, Prêmio Machado de Assis de 1953, além de ter vários livros entre os mais vendidos. Autor de *Olhai os Lírios do Campo* (1938), livro que o projetou nacionalmente, a trilogia de *O Tempo e o Vento* (1949-1951-1961), romance histórico que conta a história do Rio Grande do Sul, tida como sua obra prima, além de *Incidente em Antares* (1971), obra associada por muitos críticos ao Realismo Mágico, que foi um enorme sucesso de vendas, estando por muito tempo na lista de *best sellers* no Brasil (Bordini, 2006, p. 279). Verissimo foi um escritor que politicamente era reconhecido como um liberal e humanista, sendo estas convicções presentes em toda a sua obra, mas, sobretudo, com maior densidade, nos seus romances políticos, *O embaixador* (1965), *O prisioneiro* (1967) e, já mencionado, *Incidente em Antares* (Bastos, 2006, p. 2).

Conforme a crítica literária, especialista em Erico Verissimo, Maria da Glória Bordini, o romance *Incidente em Antares* teria sido escrito entre os anos de 1970 e 1971, herdando ideias de um projeto iniciado em 1969 – chamado inicialmente *A hora do sétimo anjo*, romance que permaneceu inconcluso – na medida em que se apropria da ótica de um defunto. A professora cita entrevistas do próprio Verissimo, em que ele conta que a ideia surgiu em 1969, quando viu uma foto de uma greve de coveiros nova-iorquinos, em que doze defuntos esperavam para ser sepultados, e a seguinte questão surgiu em sua mente “e se esses mortos resolvessem fazer greve contra os vivos?” (Bordini, 2006, p. 275). Devido ao contexto histórico brasileiro, isto é, momento de endurecimento do regime civil-militar, a ideia foi deixada de lado pelo autor – conforme lembra Bordini, a ideia dos mortos se opondo aos vivos, após 1964, soaria como se as vítimas do regime voltassem para denunciá-lo –, só retornando após passar ao lado de um cemitério de Porto Alegre no dia 8 de maio de 1970. Todo o processo criativo do autor foi registrado, conforme agendas do próprio Verissimo<sup>2</sup>, incluindo decisões compostivas, bloqueios e questões que poderiam ser abordadas na obra, inclusive a incorporação de

---

<sup>2</sup> Agenda citadas e utilizadas por Bordini (2006).

personagens destinados inicialmente ao romance inacabado, como Valentina e Martim Francisco Terra (Bordini, p. 276).

Como resultado desse processo criativo, *Incidente em Antares* foi publicado em 1971, sendo a sua própria publicação uma questão singular. Se ao lê-lo pela primeira vez me veio o questionamento de como este livro, tão crítico e incômodo, passou pela censura, ao conhecer o processo de sua publicação o questionamento se manteve, e ao final deste artigo tentarei levantar uma hipótese.

No contexto em que foi publicado, o Brasil passava pelo governo Médici, que teve como marca a censura e o combate às guerrilhas armadas. Ou seja, era um período em que o questionamento, por menor que seja, da ordem vigente, era impraticável dentro da “legalidade ditatorial”. Maria da Glória Bordini, em seu artigo sobre a circulação do *Incidente em Antares*, apresenta uma importante perspectiva de como foi o processo de publicação, revelada pelo editor José Otávio Bertaso, em uma entrevista concedida em 29 de abril de 2004 (Bordini, 2006, p. 277). Na entrevista, o editor contou como conseguiu escapar da censura, além de dar outros detalhes. Nas palavras do editor:

Acho que o Erico começou a escrever o *Incidente* depois de *O Prisioneiro*, em 1969. Lembro muito bem quando recebi os originais, em 1971. Nós trabalhávamos ainda lá no Centro e estávamos nos mudando para o Menino Deus. O *Incidente em Antares* contava a história de duas famílias de caudilhos como tantos do nosso interior, os Campolargos e os Vacarianos. Erico disse que ia escrever algo sobre uma cidade que desde sua fundação havia atravessado diversas provações e que tinha vivido um incidente extraordinário durante o regime implantado após 1964, na ditadura militar. Ele queria uma capa com um grande sol vermelho de peste sobre a cidade, e todos corriam para fotografar os pores-do-sol quando ele telefonava avisando que naquela hora H o sol estava como ele imaginava. (Bordini, 2006, p. 277)

Vemos que já na primeira edição *Incidente em Antares* trazia simbolismos possivelmente incômodos ao regime. Uma capa com um sol grande e vermelho sob uma cidadezinha, algo bastante chamativo e perigoso, visto que era um momento de “caça aos comunistas”, sem falar da própria narrativa. Em seguida:

Recebemos os originais e imediatamente passamos à tipografia. O livro começou a ser composto antes mesmo que fosse editorado. Lá pelas tantas, peguei os paquês e comecei a ler. Fiquei meio impressionado com algumas coisas que ali estavam. Cheguei à conclusão que se nós publicássemos o livro, ele poderia ser objeto de apreensão pela Censura Prévia que existia então. Bolamos um cartaz em preto com os dizeres: NUM PAÍS TOTALITÁRIO ESTE LIVRO SERIA PROIBIDO, o fac-símile da capa, e, embaixo, a frase: ‘à venda nas livrarias’. O cartaz estava sobre a mesa quando a

pedagoga e psicóloga Juracy C. Marques, que à época estava publicando um livro conosco, viu a arte-final e nos alertou de que era muito agressivo e poderia nos causar problemas. (Bordini, 2006, p. 278)

Conforme revela o relato do editor Bertaso, há aqui algumas interessantes informações a respeito do período. A primeira delas, um pouco óbvia, é o temor da censura, marca do período, assim como a confissão de que aquela obra tinha grandes chances de ser censurada. A segunda é a interessante estratégia, tida como agressiva pela psicologia, de dizer que somente um país totalitário proibiria o livro, coisa que a ditadura civil-militar brasileira tinha resistência de admitir – voltaremos nesse tópico mais adiante. O editor continua:

Naquele ano, estávamos também publicando, do gen. Paula Couto, Quatro Perfis de Chefia. Peguei o telefone e liguei para o irmão dele, que comandava o Terceiro Exército. Pedi uma entrevista, explicando que havíamos recebido uma advertência sobre o cartaz de *Incidente em Antares* e queríamos sua opinião. Levei 150 paquês e a arte-final do cartaz. Eu havia lido, por fim, o final do livro, que ainda estava em composição. Escrevendo a palavra ‘liberdade’, um estudante havia sido fuzilado. Diante do cartaz e das provas, o Paula Couto me recebeu com dois coronéis, um encarregado da Segunda Seção, de Inteligência, e o outro da Quinta, que não sei do que tratava. A resposta que recebi foi que o cartaz estava perfeito e que não percebiam agressividade nenhuma. O que eles gostariam de conhecer era, evidentemente, o conteúdo do livro. Entreguei as 150 páginas em paquê e uma carta do Instituto Nacional do Livro, assinada pela diretora Maria Alice Barroso, nos propondo a co-edição da obra e completei dizendo que no momento que o livro saísse eles receberiam cinco exemplares, três para eles e dois para a biblioteca. (Bordini, 2006, p. 278)

Bordini levanta como hipótese a não conveniência para os dirigentes do Terceiro Exército em “desafiar” o prestígio público de Veríssimo e da família Bertaso, que tinha uma alta reputação nos círculos políticos do Estado (Bordini, 2006, p. 278). É uma hipótese bastante plausível, assim como a possível ignorância dos militares em não perceber as críticas. Entretanto, há um dado interessante narrado por Bertaso, que conforme informa Bordini, cumpriu a promessa de enviar os exemplares:

Desde o primeiro ano de lançamento, o *Incidente em Antares* passou a ser adotado pela Academia Militar de Agulhas Negras, para a qual passamos a vender 600 exemplares ao ano. Essa reação favorável ao livro é tão surpreendente que não sei explicá-la. (Bordini, 2006, p. 278)

Como resultado, devido à ignorância do regime, ou do medo – de um escândalo na opinião pública nacional e internacional, devido ao renome dos envolvidos, conforme levanta Bordini –, o livro foi publicado. E conforme informa Bertaso, o livro foi um sucesso imediato

de venda, alcançando 30.000 exemplares vendidos só no ano de 1971, mantendo-se em primeiro lugar na lista dos livros mais vendidos do país naquele ano, e em terceiro lugar em 1975 (Bordini, p. 280). Assim, um comentário que nos cabe é levantar uma terceira hipótese a respeito da resposta positiva do Terceiro Exército.

O meu ponto é o de questionar a ignorância, ou conforme Bordini, a “cegueira do regime militar” (Bordini, 2006, p. 278), tendo em vista os oficiais de alta patente que estiveram em contato com Bertaso – mesmo que suponhamos que os envolvidos talvez não tivessem uma sensibilidade literária aflorada, capaz de perceber as entrelinhas e nuances mais subjetivas da obra, certamente não é plausível imaginar que chegariam ao oficialato superior sendo incapazes de ler e interpretar um texto. Também questiono, em menor escala, a percepção de Bordini sobre uma “clarividência [do regime] quanto à repercussão que um mandado de apreensão determinaria no cenário da cultura brasileira e nos meios literários internacionais em que Erico era conhecido” (Bordini, 2006, p. 278). Convém lembrar que esse período foi um dos mais violentos da ditadura, em que diversos outros artistas foram perseguidos e exilados, sem falar que cotidianamente artigos eram censurados nos jornais, livros e músicas. Então, não me parece que a ditadura tivesse uma preocupação decisiva a respeito da repercussão negativa que uma possível censura ao livro do Veríssimo traria, até porque não seria esse o primeiro caso, nem mesmo o mais grave.

Dessa forma, a respeito da publicação do *Incidente em Antares*, este artigo visa alcançar uma terceira hipótese de como este livro, no ápice da repressão, ou próximo dele, conseguiu circular e ser um sucesso de venda, uma vez que tratava de assuntos “sensíveis”. Para esboçar uma resposta, utilizaremos o método de análise literária proposto por Terry Eagleton, sobretudo no que se refere à análise dos personagens e da narrativa. Em termos de análise, primeiro consideraremos a contextualização histórica relevante para a análise. Depois apresentaremos, grosso modo, a sinopse do livro. Este movimento se faz necessário para observarmos que a temática principal do livro é o autoritarismo. Então observaremos como o autoritarismo e o contexto se relacionam com a obra, para, por fim, apresentarmos uma hipótese alternativa para a questão levantada.

## **Contexto histórico e social do autoritarismo no Brasil**

Nas últimas décadas, qualquer autor que falasse a respeito do Brasil dos anos de 1970, e que quisesse uma forma segura de contextualização, inegavelmente partiria da crise de 1964

e da consequente Ditadura Militar<sup>3</sup> (1964-1985<sup>4</sup>). Ou então, do famigerado AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968. Em ambos os casos, não podemos dizer que há um erro de análise, pois seja qual for a abordagem, o que estaria em jogo é o paradigma do autoritarismo brasileiro, da violência de estado, da opressão das classes populares, do mandonismo e patrimonialismo das elites brasileiras.

Dessa forma, entendemos que o contexto histórico em que *Incidente em Antares* foi produzido, assim como aquele que ele retrata – o período anterior ao golpe –, para além dos acontecimentos da década de 1960 e 1970, também carrega marcas de uma história de longa duração. O fato é que 1964 não produziu o primeiro golpe na história do Brasil, muito menos o primeiro regime militar, assim como não inaugurou a tortura no País tupiniquim, tão pouco a primeira quebra de um regime democrático para um ditatorial. Assim, antes de entrarmos nas décadas que circundam o livro, vale a menção da construção autoritária brasileira.

Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1936, faz algumas considerações interessantes a respeito do autoritarismo brasileiro, que serviram de base para outras interpretações, e que até hoje, quase um século depois, ainda se mantêm atual. Para o autor, cabe-nos a percepção de que toda a estrutura da nossa sociedade colonial foi rural, e isso se reflete continuamente em nossa sociedade, mesmo após a maioria da população ter se tornado a urbana a partir de 1970<sup>5</sup>.

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar esse fato para se compreender exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje. (Holanda, 2014, p. 85)

A ideia do historiador é a de que a experiência brasileira é a de uma civilização de raízes rurais. Em seu capítulo, intitulado “Herança rural”, para além da questão da escravidão – que atravessa o meio rural e toda a experiência colonial do período imperial, deixando um profundo

---

<sup>3</sup> Conforme o fixado no senso comum brasileiro, entretanto, historiograficamente, o termo mais correto seria ditadura civil-militar, na medida em que houve a mobilização, participação e convivência de setores civis.

<sup>4</sup> O historiador Daniel Aarão Reis, no livro *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*, apresenta uma interessante problematização a respeito do fim da ditadura. Reis afirma que 1985 é o senso comum historiográfico a respeito do final da ditadura, pois marca a posse do primeiro presidente civil, José Sarney. Mas também há outras possíveis perspectivas, como a que utiliza o marco da nova constituição de 1988, uma vez que ela coloca fim a todo o “entulho autoritário” da legislação anterior, ou a tem como paradigma a revogação dos atos institucionais, em 1979, visto que há um fim no estado de exceção. (Reis, 2014, p. 103)

<sup>5</sup> Para questões demográficas, ver: KLEIN, H. S; LUNA F. População e Sociedade. In: AARÃO REIS, Daniel (org.). *Modernização, Ditadura e Democracia, 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundación Mapfre, 2014.

legado social de desigualdade, violência e autoritarismo –, o autor demonstra como essa estrutura rural latifundiária vai formar um tipo de autoritarismo. Em volta da figura do senhor de terras orbitam diversas outras. Nos domínios rurais, o proprietário era inquestionável, e sua vontade era seguida de acordo com seus caprichos. Esse poder, que já era absoluto em seus domínios – durante o período colonial, por exemplo, muitos engenhos consistiam em um organismo autônomo<sup>6</sup> – se expandia para além de suas propriedades – em que ficavam a sua família, empregados e escravizados. De Holanda traz para a interpretação do Brasil a ideia antiga do poder pátrio, que vai ser característico desta elite rural, e que vai marcar muito a nossa sociedade (esse poder estará presente na obra do Erico Verissimo, no que se refere às famílias que disputam o poder local).

Nos domínios rurais é o tipo de família organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico, mantidas na península Ibérica através de inúmeras gerações, que prevalece como base e centro de toda a organização. Os escravos das plantações e das casas, e não somente escravos, como os agregados, dilatam o círculo familiar e, com ele, a autoridade imensa do pater-famílias. Esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo da Antiguidade, em que a própria palavra “família” derivada de *famulus*, se acha estreitamente vinculada à ideia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi*. [...] Sempre imerso em si mesmo, não tolerando nenhuma pressão de fora, o grupo familiar mantém-se imune de qualquer restrição ou abalo. Em seu recatado isolamento pode desprezar qualquer princípio superior que procure perturbá-lo ou oprimi-lo. Nesse ambiente, o pátrio poder é virtualmente ilimitado e poucos frios existem para sua tirania. (Holanda, p. 95-96)

Essa longa citação nos ilustra dois elementos fundamentais para a formação do autoritarismo brasileiro, que é o poder de determinadas famílias e o costume dos grandes latifundiários de estarem acima de todos os poderes, inclusive acima daqueles que estão para além de seus limites. Na família, todos estão subordinados ao patriarca, e este, por sua vez, acostumou-se com o domínio total e não tolera nenhuma intromissão que desafie a sua vontade (ora, se não estamos falando aqui da família dos Vacarianos e Campolargos, duas das principais famílias do romance de Verissimo). O poder pátrio das elites, em sua maioria agrárias, ainda é uma questão que não foi superada no Brasil do século XXI, e podemos notá-lo com maior facilidade no que chamamos de “bancada da bala” e “bancada ruralista”, além da observação

---

<sup>6</sup> Nele havia a capela onde se rezavam as missas, escola de primeiras letras em que o padre ensinava os meninos, a alimentação diária dos moradores e hóspedes, criações, caça e pesca. Também se montavam serrarias, oficinas. (Holanda, 2014, p. 94)

da manutenção das mesmas famílias. Dentro do contexto brasileiro, o espaço familiar, gerido por meio do autoritarismo, atravessa a esfera privada e chega até a pública.

O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família. (Holanda, 2014, p. 96-97)

Nessa perspectiva social, os indivíduos tornam-se extensão do patriarca, que é confundido com a própria família, de tal maneira que mesmo quando eles estão fora da entidade privada, ainda assim, representam os interesses familiares. Essa maneira rural de se inserir na sociedade, colocando sempre os interesses do patriarca acima dos interesses públicos, enraizou-se na sociedade brasileira. Nos períodos posteriores à colonização, a mentalidade de casa-grande invadiu as cidades, se emaranhou em todas as profissões e no cotidiano brasileiro. Isso se deu, também, na medida em que conforme foram sendo criados cargos urbanos, na política, no governo ou negócios, devido a uma ausência de uma burguesia urbana independente, os candidatos às funções eram recrutados entre “indivíduos da mesma massa dos antigos senhores rurais, portadores de mentalidade e tendência características dessa classe” (Holanda, p. 104). O autoritarismo brasileiro se estruturou com base no domínio rural sobre o urbano.

Esse poder pátrio, tão bem trabalhado por Sérgio Buarque no contexto brasileiro, como vemos, se mistura com o mandonismo e o patrimonialismo. Mesmo o Brasil sendo, cada vez mais, um país urbano, ainda persiste a lógica latifundiária de que elites locais se apropriam do espaço público, tratando-o como uma extensão do seu espaço privado. A historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz se propôs a analisar o autoritarismo brasileiro no livro publicado em 2019, intitulado *Sobre o autoritarismo brasileiro*. Nessa análise, a autora parte do entendimento de que o autoritarismo brasileiro é complexo e multifacetado, e se manifesta por meio de algumas formas, que ela dividiu em oito capítulos: escravidão e racismo; mandonismo; patrimonialismo; corrupção; desigualdade social; violência; raça e gênero; intolerância.

Para percebermos o autoritarismo que *Incidente em Antares* lida e no qual está inserido, não é necessário abordarmos todas as suas manifestações listadas pela autora. Nesse debate, a questão da escravidão é primordial por trazer marcas e características que moldarão a experiência brasileira. A escravidão durou 388 anos no Brasil e foi um sistema que prescrevia a propriedade de uma pessoa por outra. Lilia Schwarcz caracteriza-o como um regime que pressupõe o uso intenso e extenso da mão de obra cativa, a vigilância constante, a falta de liberdade e arbítrio (Schwarcz, 2019, p. 28). A escravidão vai influenciar na baixa expectativa de vida do homem negro, assim como uma cultura do estupro que se impôs sobre as mulheres, ao mesmo tempo em que as “mulatas” passaram a ser vistas como mais propensas à sexualidade e lascívia, na medida em que estavam sujeitas aos desmandos dos senhores.

O sistema escravocrata foi responsável pelo recrudescimento da violência. Na medida em que ocorriam rebeliões dos oprimidos, assim como a Revolução do Haiti, os senhores de escravos inventaram “verdadeiras arqueologias de castigos”, que iam de chibatadas em praça pública e palmatória, até a invenção de ferramentas de cárcere como o colar de ferro<sup>7</sup>, assim como adoção de instrumentos medievais.

Esse sistema originou-se em uma sociedade violenta e com uma desigualdade estrutural consolidada. É importante observar que a violência herdada da escravidão, para além de física, também será manifestada nas mais diversas formas. Ela é estética, psicológica, intelectual, religiosa, entre outras, e está presente na negação de direitos, como, por exemplo, o acesso à educação. Schwarcz comenta que “nas sociedades ocidentais, sem estudo formal não há possibilidade de mudança social, com as classes se comportando como estamentos congelados e destituídos da capacidade de romper ciclos de pobreza herdados do passado” (Schwarcz, 2019, p. 29). A escravidão, portanto, nos legou uma sociedade autoritária, acostumada a hierarquias de mando, que tem dificuldades em lidar com a ideia de igualdade e na divisão igualitária de direitos e deveres.

Conforme vimos, o modelo colonial brasileiro combinava a exploração da mão de obra escravizada com o latifúndio, o personalismo dos mandos dos senhores e uma relativa ausência de Estado. Esse é o modelo em que a sociedade brasileira se estabeleceu, ou seja, a esfera familiar do senhor funcionando como base de toda a organização social.

---

<sup>7</sup> Também chamado de Gargalheira, que era uma espécie de coleira, colocada nos escravizados que costumavam fugir. Este colar era pesado e tinha várias hastes para facilitar a captura e contenção. Também poderia ter sinos para fazer barulho.

A independência, o fim da escravidão e a Proclamação da República não foram suficientes para reverter esse quadro, na medida em que o poder do patriarcado brasileiro apenas foi transmutado em outras formas. Outro exemplo vem do período regencial, quando foi criada a Guarda Nacional, que ligava o poder local dos grandes proprietários ao império. Nessa instituição, os latifundiários ocupavam o posto de Coronel, o mais alto dentro da Guarda. Tal medida foi revogada com a República, mas o coronelismo permaneceu e a figura do coronel continuou sendo um agente político dentro do jogo de negociação entre as mais diversas esferas políticas.

Com a República, porém, se a Guarda perdeu sua natureza militar, os assim chamados coronéis deixaram de participar da corporação mas conservaram o poder político nos municípios onde viviam, recriando em novas bases a mística dos grandes mandonismos locais. O coronelismo passou a significar, então, um complexo sistema de negociação entre esses chefes e os governadores dos estados, e destes com o presidente da República. O coronel corporificava um dos elementos formadores da estrutura oligárquica tradicional baseada em poderes personalizados e nucleados, geralmente, nas grandes fazendas e latifúndios brasileiros. (Schwarcz, 2019, p. 54)

A República alterou, mas não tolheu o poder dos coronéis, que deixou de ser medido pelo número de agregados e escravizados, passando a ser medido de acordo com o eleitorado e as alianças políticas. As oligarquias são um agente ativo em toda a vida política brasileira, e podemos recortar vários exemplos, nas mais diversas regiões e cronologias. Um exemplo é o caso da família Caiado, em Goiás:

Também em Goiás duas oligarquias têm se alternado no poder: os Caiado e os Bulhões. O senador Ronaldo Caiado (DEM) representa uma família que manda em Goiás desde o século XIX. É a mais antiga do estado e uma das mais enraizadas no Senado. Mas o que poucos sabem é que ela nasceu como coadjuvante de outra oligarquia, que desapareceu há muito tempo: os Bulhões. Antônio José Caiado, um dos ancestrais de Ronaldo, iniciou-se na política como braço direito do deputado Leopoldo de Bulhões. Leopoldo buscou o seu apoio porque, já naquela época, os Caiado eram ricos em terras no estado. A aliança com os Bulhões só os deixou ainda mais poderosos. O rompimento entre as duas oligarquias aconteceu no acaso político de Leopoldo, que se negava a dividir o poder com Antônio. O neto dele, Totó Caiado, foi o principal partidário do rompimento. A partir daí, o caiadismo ganhou vida própria. Totó, avô de Ronaldo, foi deputado federal e senador. Durante 36 anos as oligarquias governaram Goiás. (Schwarcz, 2019, p. 60)

O exemplo é cirúrgico na demonstração de uma oligarquia que sobreviveu e manteve o poder desde o século XIX até a atualidade. Se quando Lilia Schwarcz escreveu o texto, Ronaldo Caiado ainda era senador, em 2024 o político já se encontrava no seu segundo mandato seguido

como governador de Goiás. O historiador Boris Fausto conta como Vargas, a partir da Revolução de 1930, buscou enfraquecer os estados desde o primeiro momento, substituindo governadores por interventores, visando fortalecer o poder federal<sup>8</sup>. O varguismo enfraqueceu o antigo coronelismo – acabando, por exemplo, com práticas como o voto de cabresto, instituindo o voto secreto, ampliando o número de pessoas que poderiam votar, isso sem falar nas leis trabalhistas –, conseguiu alterar as estruturas do país, mas as oligarquias permaneceram. O ódio dessas elites aos escombros do varguismo vão culminar nos acontecimentos de 1964, resultando em toda a tensão autoritária retratada por Veríssimo e ainda presente no contexto em que o romance foi escrito e publicado.

Dessa forma, concordamos com a interpretação que Daniel Aarão Reis dá à ditadura militar, melhor classificada como civil-militar. Ao investigarmos o autoritarismo escancarado pelo golpe de 1964, percebemos que ele é enraizado em uma longa tradição das elites brasileiras. Interpretação diferente, por exemplo, do jornalista Elio Gaspari, que apresenta a ditadura como aniquiladora da elite brasileira. O argumento consiste em apresentar a adesão da elite política ao golpe de 64, para logo em seguida ser alvo dos militares:

O aniquilamento estendeu-se a todos os níveis. Primeiro varreu pessoas, depois violou instituições e, no final, esmagou o próprio conceito de cidadania. No dia 1º de abril de 1964 o ex-presidente Juscelino Kubitschek apoiara a deposição de Goulart. Semanas mais tarde, aceitara que parte da bancada de seu partido fosse cassada. O sacrifício era grande, mas a recompensa parecia atraente: JK acreditava que a eleição presidencial de outubro de 1965 haveria de levá-lo ao palácio do Planalto. Carlos Lacerda, seu adversário, pensava a mesma coisa. Defendeu todas as cassações, inclusive a de Juscelino, o único candidato capaz de batê-lo nas urnas. Com seu talento verbal, dizia temer que JK “roubasse a Revolução como roubou o país”. Kubitschek foi cassado em junho de 1964. Menos de dois anos depois, Lacerda estava fora da sucessão presidencial e em dezembro de 1968, cassado, entrou preso no Regimento de Cavalaria da Polícia Militar, onde o alojaram num jirau, entre a estrebaria e o dormitório. (Gaspari, 2002, p. 231)

Elio Gaspari segue a visão estabelecida no senso comum, de um apagamento de memória seletiva. Nessa visão, os acontecimentos de 1964 são frutos de algumas grandes figuras. É a história dos grandes personagens. Nessa perspectiva, após o fim do regime militar, os militares saíram como bode expiatório de toda a autoria da violência e autoritarismo do período, “inocentando” a sociedade civil. É fato que algumas elites políticas foram destituídas, mas outras foram criadas em seu lugar e outras não deixaram de estar no poder.

---

<sup>8</sup> Ver o capítulo “A vida Política” In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Olhando para dentro, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundación Mapfre, 2013.

A realidade é que a conjuntura da década de 1960 era complexa, havia muita coisa em jogo. A Revolução Cubana acabara de acontecer, levando os EUA a tomar um posicionamento mais agressivo. Enquanto o mundo estava na Guerra Fria, o Brasil estava com vários movimentos sociais ganhando protagonismo. As elites, que muito se esforçaram na luta contra o fantasma do varguismo, viam no seu sucessor, João Goulart, a possibilidade de uma revolução social sem volta, com as Reformas de Base, que previam, inclusive, a Reforma Agrária – ameaçando assim, o latifúndio enraizado na sociedade brasileira desde tempos coloniais. É esse cenário que o romance de Veríssimo retrata. O golpe se deu com o apoio de diversas forças conservadoras:

Mobilizavam-se grandes empresários, representantes de capitais nacionais e estrangeiros, proprietários de meios de comunicação, chefes políticos de diferentes partidos, hierarcas civis e religiosos, mobilizando segmentos das camadas médias e mesmo setores populares. Compartilhavam um grande medo, o de que a sociedade brasileira estava deslizando para a subversão da ordem, o caos social e político. (Reis, 2014, p. 80)

Com base nesse medo, de que o país desigual, baseado nas grandes propriedades privadas, tornar-se-ia mais justo, quiçá socialista, é que o golpe de 1964 aconteceu sem disparar nenhum tiro. Há na explicação do motivo pelo qual os golpistas quiseram se chamar de revolucionários um interessante dado – que nos revela o interesse dessas elites anti-varguistas:

Golpistas civis e militares tinham da democracia convicções peculiares. Para eles, a democracia só funcionaria se houvesse expurgos dos “subversivos” e “corruptos”. Assim, o golpe deveria ser uma “revolução”. Era uma palavra então prestigiosa, legitimando programas no Brasil e no mundo. Para os que assumiam o golpe como uma revolução, salvar a democracia passava pela extirpação do varguismo e a construção de outras bases para a modernização do país. Qualquer retorno à ordem anterior sem profundas mudanças significaria a volta dos getulistas, dos comunistas e dos corruptos. E se voltasse, o golpe teria sido em vão. (Reis, 2014, p. 86)

Os golpistas tinham uma espécie de zelo pelas aparências. Deram o nome de revolução, o que foi um golpe conservador. Anteriormente, tentaram por meio do parlamento impedir a posse de um presidente eleito, não conseguiram e impuseram um parlamentarismo por meios legais – uma legalidade questionável. Após o golpe, também ensaiaram uma aparência democrática, com o temporário funcionamento do Congresso – mesmo que mutilado, com diversos deputados cassados. Ao longo de toda a ditadura, de diversas formas foram ensaiadas fachadas democráticas.

## **Antares, um pequeno recorte do Brasil**

O livro de Erico Verissimo é uma obra singular, não há um protagonista padrão, há a cidade de Antares, seus habitantes e um acontecimento, com foco na sociedade antarense. O livro é dividido em duas partes, que possuem vários personagens e acontecimentos, de inspiração histórica ou meramente fictícia. Na primeira, é narrada a formação da cidade – o surgimento da cidade como subordinada a uma família local, os Vacarianos, que tem o seu domínio ameaçado pela chegada de uma outra família, os Campolargos – e o estabelecimento da ordem social vigente. Na segunda parte, que cronologicamente se passa nas vésperas de 1964, a ordem é ameaçada, pois ocorre o incidente e o seu desfecho – que é uma greve geral dos trabalhadores antarenenses, mobilizando inclusive os coveiros, resultando em sete defuntos sem sepultamento. O incidente é mágico, pois os sete defuntos acordam da sua morte e passam a exigir dos vivos um desfecho que os possibilitem serem sepultados. Mas devido ao impasse, entre os interesses dos grevistas e das elites locais, o sepultamento é dificultado, levando os mortos a se vingarem dos vivos. O desfecho é quando os habitantes de Antares decidem o que irão fazer após o incidente.

O livro, conforme o que já foi apontado anteriormente, possui uma riqueza de acontecimentos e questões que possibilitariam inúmeras análises. Por exemplo, a tortura de inocentes, retratada na história do personagem João Paz – que como o nome sugere, não era uma ameaça –, que foi brutalmente torturado até a morte pela polícia, acusado de ser o líder de supostos guerrilheiros – os quais não passavam de uma ficção das autoridades. A esposa de João estava grávida e também foi torturada, mas, para não perder o filho, delatou nomes aleatórios. Uma outra questão que poderia ser fonte de análise é o drama do artista, vivido pelo pianista Menandro Olinda que, deprimido, suicidou-se. O jovem pianista, um homem sensível e com gosto refinado, sofria desdém da sociedade antarense, fundamentada em valores machistas e grosseiros. Uma interessante abordagem poderia ser sobre o início, que muito tem a nos revelar:

Afirmam os entendidos que os ossos fósseis recentemente encontrados numa escavação feita em terras do município de Antares, na fronteira do Brasil com a Argentina, pertenciam a um gliptodonte, animal antediluviano, que, segundo as reconstituições gráficas da Paleontologia, era uma espécie de tatu gigante dotado duma carapaça inteiriça e fixa, mais ou menos do tamanho dum Volkswagen, afora o formidável rabo à feição de tacape riçado de espiões pontiagudos. Calcula-se que durante o

Pleistoceno, isto é, há cerca de um milhão de anos, não só gliptodontes como também megatérios habitavam essa região diabásica da América do Sul, onde – só Deus sabe ao certo quando – veio a formar-se o rio hoje conhecido pelo nome de Uruguai. Ignorase, todavia, em que época da Era Cenozóica surgiram naquela zona do Brasil meridional os primeiros espécimes de *Homo sapiens*. Tudo nos leva a crer, entretanto, que esse problema jamais tenha preocupado os antarenses. O que até hoje ainda os deixa ocasionalmente irritados é o fato de cartógrafos, não só estrangeiros como também nacionais, não mencionarem nunca em seus mapas a cidade de Antares, como se São Borja fosse a única localidade digna de nota naquelas paragens do Alto Uruguai. De pouco ou nada têm servido os memoriais assinados pelo Prefeito Municipal, pelos membros da Câmara de Vereadores e por outras pessoas gradas e repetidamente dirigidos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, protestando contra a acintosa omissão. O P.e Gerônicio Albuquerque, quando ainda vigário da Matriz local, mais de uma vez encaminhou, mas em vão, idêntica reclamação ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do qual era membro correspondente. (Veríssimo, 1994, p. 1-2)

A observação das escolhas iniciais de Erico Veríssimo oferece o prenúncio do tom da obra, assim como possivelmente uma sensível crítica social. O escritor abre sua obra anunciando a descoberta de um fóssil de gliptodonte na região em que se passa a obra. A figura do gliptodonte em nada contribui para a história, nem mesmo volta a aparecer, o que poderia ser um erro literário, mas se considerarmos que se trata de uma escolha consciente do escritor, podemos interpretar como uma associação aos personagens, que no decorrer da história se apresentam enquanto antiquados e ultrapassados. A princípio, essa informação, para um leitor desatento, pouco tem a dizer, entretanto, é uma interessante maneira advertir o leitor que ele está diante de um Brasil fossilizado: há personagens que são figuras de outros tempos, talvez já em extinção, ou à beira de, mas que por algum motivo ainda estão anacronicamente presentes. É interessante o recorte de que primeiro vieram os animais antediluvianos, para somente muito tempo depois surgirem os primeiros *homo sapiens*, numa espécie de alusão política em que primeiro haveria figuras violentas e autoritárias, e somente muito tempo depois surgiriam as civilizadas, e que essa marca não seria incômoda para os antarenses (a sua vinculação com o autoritarismo), mas sim o fato de serem de uma cidade insignificante no cenário nacional.

É fato que a figura do coronel Tibério Vacariano é a principal personificação do autoritarismo em Antares. Ele faz parte de uma elite agrária que domina a região por muitas gerações, é violento, sempre tenta impor a sua vontade, se apropria dos bens públicos, possui aliados políticos em todas as esferas, repudia a democracia e torce para que seja dado um golpe em João Goulart. O coronel possuía uma amante jovem e um casamento de anos, é uma figura que vive de aparências e controla a sua família com mão de ferro. Este personagem é a

personificação do patriarcalismo, pois é mandatário, possui influência sob muitas pessoas, dono de muitas extensões de terras, machista e tem apreço por sua virilidade. Entretanto, escolhemos neste artigo não o analisar, tendo em vista a obviedade da sua escolha, por reunir tantos atributos facilmente identificáveis. Optamos assim por seguir outros caminhos, menos óbvios e mais originais.

Ainda sobre o machismo, o caso da prostituta Erotildes merece um pouco mais de atenção. Nas passagens em que a personagem aparece, fica evidente o brutal abismo social. A personagem só aparece quando os mortos se levantam e começam a ser apresentados para a, também defunta, D. Quitéria, a matriarca da família Campolargo.

— O seguinte é do sexo feminino — explica Cícero, iluminando o rosto duma mulher.  
— Cruzes! — Exclama D. Quita. — Que é isso?  
É uma mulher descalça que aparenta mais de cinquenta anos, duma magreza quase esquelética, metida num camisolão dum pano grosseiro de hospital de indigentes.  
— Essa é a Erotildes, que entre 1925 e 1945, por sua graça e beleza, foi das prostitutas mais famosas de Antares. Era a fêmea mais procurada do bordel da Venusta, a carne mais cara daquele perfumado açougue humano. Erotildes virou a cabeça de muita gente na nossa cidade, até de homens casados, senhores considerados virtuosos. D. Quita, seu amigo Tibério Vacariano teve Erotildes como amante exclusiva durante quatro anos...  
— Cinco — corrige a mulher, sôfrega.  
— Com o passar do tempo sua carne foi baixando de qualidade e de preço. Erotildes caiu tanto de categoria que aos quarenta e poucos anos andava pelas ruas caçando homens, vendendo o corpo a qualquer preço... Cinco mil-réis, não, Erotildes?  
— Até dois — murmura ela, baixando a cabeça. — Eu não queria morrer de fome.  
[...]  
— De que foi que essa mulher morreu? — quer saber D. Quitéria. E Erotildes apressa-se a informar, com certa faceirice:  
— Tísica.  
— Mas hoje em dia ninguém morre disso. Com todos esses antibióticos...  
— É verdade — diz o advogado — mas Erotildes estava recolhida à ala dos indigentes do Hospital *Salvator Mundi*. O Dr. Lázaro alegava que na farmácia do hospital nem em nenhuma outra da cidade existia estreptomicina. Prometeu mandar buscar o remédio fora, mas pelo visto esqueceu... (Veríssimo, 1994, p. 236-237)

Dentre os mortos, há apenas duas mulheres. A primeira, matriarca de uma poderosa família, Quitéria Campolargo, é chamada por seus subordinados pelo apelido D. Quita – costume herdado do coronelismo, de criar apelidos para ensaiar uma aproximação, naquela lógica em que o mundo privado invade a vida pública. A segunda é a Erotildes. A obra nos sugere a comparação entre ambas, por serem as únicas mulheres entre os sete defuntos e na medida em que estão em extremos opostos. Uma viveu de maneira luxuosa, mandando e desmandando em todos, inclusive no próprio marido, enquanto a outra viveu à mercê dos homens, precisou se vender por qualquer preço e morreu como indigente.

Erotildes, que pelo próprio nome já traz consigo uma referência a *Eros*, divindade grega personificação do amor erótico, é uma personagem que denuncia a desigualdade social e hipocrisia das elites. Ela morreu devido à negligência do poder público. Esteve internada em um hospital que carregava o nome de “Salvador do Mundo”, em uma clara referência religiosa, que era administrado pelo médico Dr. Lázaro – outra referência religiosa, Lázaro, que foi ressuscitado por Jesus. Ou seja, a morte da personagem expõe a hipocrisia da elite – a faceirice da própria personagem ao responder a causa fútil da sua morte denuncia isto –, em que um hospital cheio de referências cristãs, com uma ala destinada aos mais pobres, é negligente e os deixa morrer de doenças tratáveis.

A hipocrisia da elite também é denunciada com a vida de Erotildes, que foi objeto de desejo da sociedade antarense, sendo cobiçada por poderosos, inclusive amante do coronel Tibério, e que ao menor sinal de envelhecimento foi descartada. A figura de Erotildes na obra serve como uma exposição de outros desdobramentos do autoritarismo. É um autoritarismo manifestado pelo uso e descarte de pessoas e pela omissão e descaso com os desvalidos, assim como a indiferença da sociedade em relação ao sofrimento alheio.

Ao compararmos Erotildes com a Quitéria Campolargo, podemos também notar o posicionamento do autor. Enquanto Dona Quita é alta, segura, marcas de quem teve uma vida acostumada a estar em posição de mando, Erotildes se coloca sempre em uma posição de cabeça baixa. O autor, de certa forma, redime Erotildes no triste episódio em que ela volta para a sua alcova improvisada. Conforme o acordo estabelecido entre os defuntos, cada um iria fazer o que bem entender: “rever os seus afetos ou assombrar os seus desafetos” (Veríssimo, 1994, p. 263).

Erotildes, diferente da matriarca Campolargo, ao retornar, é bem recebida e benquista. Em uma das passagens mais dramáticas do livro, ao saber que Erotildes tinha voltado dos mortos e estava perambulando pela cidade, Rosinha, que era colega de profissão da defunta, passou a esperar a visita da amiga. Ela vestiu o seu melhor vestido, pintou-se, calçou seus melhores sapatos e aguardou com ansiedade a visita da amiga. É uma visita breve e com pouco conversa. Rosinha desabafa o fato de ter sofrido um estupro coletivo na noite anterior, mesmo sendo prostituta e afirmando que não havia necessidade daquilo, pois caso não tivessem dinheiro “daria de graça”. Eis um trecho do diálogo:

— Pois eu te digo que estou contente por ter morrido. A gente fica livre pra sempre de todas essas tristezas e vergonhas.

— Já pensei em morrer. Em tomar veneno. Mas não tive coragem...

— É pecado a gente se suicidar. Vai pro inferno.

— Mas o inferno não será aqui mesmo?

De súbito Rosinha desata o choro. Erotildes ergue a sua mão como para acariciar a cabeça da amiga, mas hesita em tocá-la.

[...]

— Bom, já te vi. Tenho ainda quase três horas livres pela frente. Acho que vou ver a Irmã Bonifácia, aquela enfermeira que foi tão boa comigo quando eu estava no hospital. Até logo, Rosinha, Deus te ajude!

Encaminha-se para a porta.

— Erotildes? Tu já viste Deus?

A morta se volta:

— Ainda não. Decerto só vou ver Ele quando me enterrarem como cristão.

Rosinha limpa tremulamente as lágrimas do rosto com as pontas dos dedos.

— Vou te pedir um favor...

— Qual é?

— Diz pra Deus que me dê uma boa morte, já que não me deu uma boa vida.

(Verissimo, 1994, p. 287)

Erico Verissimo cria uma atmosfera de pobreza e sofrimento, em todo o capítulo XXVIII da segunda parte. Esse trecho aparece enquanto o clímax de toda a miséria humana a que essas moças estavam submetidas. É uma passagem que apela para a empatia do leitor, e é uma empatia destinada aos desvalidos. A morte para Erotildes acabou tornando-se uma fuga de toda a vida miserável a que ela estava condicionada, uma vida submetida ao autoritarismo daquela opressiva sociedade. As únicas pessoas que ofereceram, em vida, dignidade para Erotildes foi a sua amiga Rosinha e a enfermeira (uma trabalhadora que na hierarquia hospitalar, por muitas vezes, está mais próxima socialmente dos pacientes do que dos médicos). Na fala de Rosinha também há uma crítica, uma vez que ela percebe aquela sociedade como o inferno. O pedido de Rosinha demonstra uma triste marca dos desvalidos: a falta de perspectiva. Ela está tão oprimida que não há mais nada que possa lhe dar esperança, a não ser uma boa morte.

Se Erico Verissimo constrói em torno de Erotildes uma atmosfera de miséria e piedade, faz igualmente com o entorno de Dona Quita, só que ao inverso. Era casada com Zózimo Campolargo, uma figura acomodada, que prefere usufruir do seu prestígio sem correr grandes riscos e mantém uma postura conciliadora, na medida em que prefere a manutenção dos *status quo*. Quitéria era o oposto do seu marido. Apesar de viver em uma família tradicionalmente patriarcal, é uma personagem ativa, com uma franqueza capaz de dizer verdades indigestas para o patriarca da família rival. A personalidade de Quitéria acabou por gerar uma admiração mútua entre ela e o Cel. Vacariano, e pavimentando uma amizade entre as duas famílias, até então irreconciliáveis. Na prática, o patriarca Campolargo não exercia o poder por omissão,

cabendo a Dona Quitéria cuidar dos assuntos da família. Até então, a matriarca era uma personagem que não conhecia revezes. O primeiro revés que sofreu, e que dá uma maior profundidade à personagem, foi o falecimento do Zózimo, no capítulo LI e LII da primeira parte. Podemos dizer que o segundo revés só aconteceu após a sua própria morte.

Na morte de Quitéria a cidade parou para ir ao velório, marcado por comilanças, furtos na mansão e usura dos genros. Curiosamente, Quitéria teria sido a primeira dos sete a morrer, a primeira a despertar do seu caixão, a primeira a fazer uma visita a familiares, assim como a primeira na marcha dos defuntos. Além disso, há também o uso de referências que a coloca como a primeira classe dos mortos – uma interessante estratégia do autor para evidenciar o seu protagonismo social naquela sociedade. O seu despertar na morte se dá quando um ladrão de túmulos abre o seu caixão na busca de joias. Esse é o estopim para o seu despertar. A princípio, D. Quitéria se desespera, pois acredita ter sido roubada. Depois, o advogado Cícero conta que ela foi enterrada sem nenhuma joia. Então acontece o seguinte diálogo:

— Mas eu deixei com minhas filhas e meus genros disposições escritas muito claras: queria trazer comigo para a sepultura todas as jóias que herdei de meus antepassados...  
— As suas disposições não foram então cumpridas.  
— Tratantes! Gananciosos!  
Ela sai a caminhar devagarinho de um lado para outro, arrastando os pés, com as mãos na cintura.  
— D. Quitéria, eu não os censuro. Seria um desperdício sepultar nesse caixão algumas centenas de milhões de cruzeiros...  
— Mas não basta o que lhes deixo em terras, casas, títulos, dinheiro, sim, e outras joias de valor?  
Cícero Branco encolhe os ombros:  
— A cobiça humana não tem limites, minha senhora.  
— Bom, quero lhe agradecer por ter ido ao meu velório. Obrigada pelos gladiólos.  
— Não me agradeça. Já que estamos mortos e não somos mais personagens da comédia humana, posso ser absolutamente franco e confessar-lhe que a homenagem que lhe prestei teve uma finalidade utilitária. Eu queria agradar a sua família, pois estava de olho no inventário de seus bens.  
— Bom, já que estamos no jogo da verdade... nunca simpatizei com o senhor.  
— Ora, por quê?  
— Porque sempre o tive na conta dum advogado chicanista e desonesto.  
— Ninguém jamais me acusou de incompetente.  
— Não vejo nenhuma incompatibilidade entre a competência e a honestidade.  
(Veríssimo, 1994, p. 233)

Nesse diálogo, fica evidente a ganância das elites, que mesmo em morte desejam levar consigo os seus bens, ao mesmo tempo em que os vivos são incapazes de se desfazer de bens materiais, mesmo para realizar um desejo de morte de uma matriarca. Para além do fútil apego material, o diálogo também revela o desapego às convenções por parte dos mortos, que revelam

diversas desonestidades e hipocrisias de quando estavam vivos. Na obra, a morte dá aos personagens a liberdade de não precisarem agir de acordo com as convenções sociais, podendo falar o que pensam de maneira franca, inclusive fazendo troça da hipocrisia dos vivos. No capítulo XXII da segunda parte, D. Quitéria decide visitar as filhas e os genros para pregar-lhes “um sustinho”. A matrona encontra os seus parentes reunidos discutindo a partilha de suas joias, então a seguinte cena se passa:

Quitéria Campolargo aparece subitamente à porta da sala e diz:

— Não se incomodem, meninos e meninas. Só vim buscar as minhas jóias.

A filha mais moça solta um grito. A mais velha cai de joelhos e brada:

— A mamãe foi enterrada viva!

— Socorro! — grita o farmacêutico, que sai correndo da sala, rumo ao jardim, enquanto a mulher do comerciante rola no chão debatendo-se em guinchos, num ataque de histeria.

— O mau cheiro — diz a velha Quita — é muito do meu cadáver, mas é mais dos pensamentos de vocês, seus trapaceiros ordinários! Pedi para ser enterrada com estas jóias e vocês não cumpriram a minha ordem. Faz tempo que estou ouvindo essa discussão indigna, ali atrás da porta. Ninguém até agora teve para comigo nenhuma palavra de respeito, de carinho ou de saudade. Está todo mundo com o sentido no meu testamento.

O dentista acha-se estendido no chão, sem sentidos. O veterinário e o comerciante paralisados de espanto, incapazes de uma palavra ou de um gesto.

A defunta aproxima-se da mesa e vai pondo as jóias uma a uma dentro do escrínio, depois põe a caixa debaixo do braço, dirige-se para o lavabo social, despeja todo o seu conteúdo no vaso sanitário, puxa a corrente da descarga, longamente, muitas vezes, depois volta para a sala e exclama:

— Pronto! A divisão está feita. O Rio Uruguai herdou as minhas jóias. (Veríssimo, 1994, p. 268)

No trecho, para além da questão material, já discutida, também há a denúncia da ausência de afeto familiar. Ao compararmos com Erotildes, Quitéria é uma mulher rica e poderosa socialmente, porém afetivamente desamparada. Nenhuma das filhas ou genros receberam a matriarca de maneira amorosa, apenas com o horror e desespero de quem foi pego em flagrante descumprindo a ordem da matriarca. É interessante que a matriarca, mesmo em morte, deseja impor aos outros a sua vontade – vício de quem sempre foi acostumado à posição de mando.

O ápice do incidente é quando os mortos, após resolverem os seus assuntos particulares, se reúnem no coreto da praça da cidade. Ali, a multidão de cidadãos antarenses começam a se aproximar para observar o espetáculo. Então, os mortos decidem contar todos os “podres” dos poderosos: casos de adultério, desvio de dinheiro público, omissão, aquisição ilegal de propriedade alheia, corrupção, tortura e assassinato. A cidade entra em colapso, mas logo se

acomoda. Por fim, os poderosos passam a se reunir e decidem fazer uma “Operação Borracha”, que consistia em desacreditar as pessoas que falassem sobre o fato, enquanto os poderosos passavam a agir como se nada tivesse acontecido – um jornalista, inclusive, sofreu censura para não registrar o ocorrido. Conforme o decorrer do tempo, os relatos sobre o acontecimento extraordinário passaram a ser vistos como delírio de “gentinha que não merecia crédito”, sendo motivo de riso pelas autoridades locais. A Operação Borracha foi um sucesso e a vida em Antares voltou à normalidade, sem que a estrutura política e social fosse abalada.

## Conclusão

Ao lermos o *Incidente em Antares*, assim como analisarmos a questão de como este livro foi publicado naquele contexto, podemos perceber o quanto é inquietante a relação entre contexto e obra, considerando que se trata de um livro extremamente crítico ao autoritarismo e que carrega consigo várias críticas sociais.

O livro foi publicado e tornou-se um sucesso de vendas, apesar do conteúdo mais amigável aos personagens desvalidos e irônico com as elites, tocando em questões sensíveis para o Regime – como tortura, corrupção, desigualdade social, entre outras coisas. Chama a atenção o fato dele ter sido empregado na Academia das Agulhas Negras, assim como os oficiais do Terceiro Exército não sentirem nenhum incômodo. Também é interessante observar o sucesso da estratégia de marketing agressiva que o editor usou com o cartaz.

Diante disso, e de todas as críticas denunciadas na obra, a publicação do livro, sem censura alguma, nos parece uma falta de pudor da Ditadura. Levantamos como hipótese a maneira, talvez vista como elogiosa, de como os autoritários tenham se visto. Apesar de todos os acontecimentos da narrativa, os mortos foram sepultados e a vida cotidiana continuou. Mesmo com todos os escândalos que as denúncias levantadas pelos mortos causaram, a sociedade de Antares seguiu na normalidade.

Em outras palavras, a Operação Borracha foi um sucesso. O romance *Incidente em Antares* talvez não tenha sido censurado por causa da sensação de vitória, deixada pelo desfecho, uma vez que os poderosos calaram os mortos e preservaram a ordem social – similar aos acontecimentos de 1964, o que pode ter sido visto com bons olhos pelos militares na década de 1970, na medida em que a opressão venceu. Além disso, também levantamos como hipótese para o não banimento da obra a possibilidade de as críticas contidas na narrativa – abandono,

tortura, prisão injusta, desvios de dinheiro público – terem passado despercebidas, na medida em que se tratavam de assuntos corriqueiros dos militares naquele contexto da década de 70.

Por fim, sendo essas hipóteses mais assertivas, ou não, do que as levantadas por Maria da Glória Bordini, o fato é que o livro de Erico Verissimo ainda possui um vigor literário e pode ser uma interessante fonte para o debate historiográfico sobre o nosso último período ditatorial.

## Referências

AARÃO REIS, D. “As marcas do período: Modernização transicional”. In: AARÃO REIS, Daniel (org.). *Modernização, Ditadura e Democracia, 1964-2010*. Rio de Janeiro:

Objetiva/Fundación Mapfre, 2014.

AARÃO REIS, D. “A vida Política”. In: AARÃO REIS, Daniel (org.). *Modernização, Ditadura e Democracia, 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundación Mapfre, 2014.

BASTOS, Alcmeno. O jogo do real e do irreal em *Incidente em Antares*, de Erico Verissimo. *Diadorim - Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, n. 3, p. 13-26, 2006.

BORDINI, Maria da Glória. *Incidente em Antares: a circulação da literatura em tempos difíceis*. *Revista USP*, n. 68, p. 274-281, 2006.

EAGLETON, Terry. *Como ler literatura*. Tradução de Denise Bottmann. 5. ed. Porto Alegre: L&PM, 2024.

FAUSTO, Boris. “A vida Política”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Olhando para dentro, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundación Mapfre, 2013.

VERISSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. 42. ed. São Paulo: Editora Globo, 1994.

GASPARI, Elio. “Uma elite aniquilada” In: GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Herança rural” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KLEIN, H. S; LUNA F. “População e Sociedade.” In: AARÃO REIS, Daniel (org.). *Modernização, Ditadura e Democracia, 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundación Mapfre, 2014.

ISSN: 1984-4921

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/19844921.v17.n39.02>

Submetido em: 16/06/2025

Aprovado em: 17/11/2025